

Ideologia de gênero, por Drauzio Varella

Nos dias de hoje, demagogos se apropriaram do preconceito social

(Folha de S.Paulo, 15/09/2019 - acesse no site de origem)

Mal começamos a entender a diversidade sexual humana, vozes medievais emergiram das catacumbas para [inventar a tal “ideologia de gênero”](#).

Como [nunca vi esse termo mencionado em artigos](#) científicos nem nos livros de psicologia ou de qualquer ramo da biologia, fico confuso.

Suponho que se refiram a algum [conjunto de ideias](#) reunidas por gente imoral, para convencer crianças e adolescentes a [adotar comportamentos homossexuais](#). Será que devo a heterossexualidade à inexistência dessa malfadada ideologia, nos meus tempos escolares? Caso existisse, eu estaria casado com homem?

Embora disfarcem, o que esses moralistas de botequim defendem é a [repressão do comportamento homossexual](#) que, sei lá por que tormentos psicológicos, lhes causa tamanho horror.

Para contextualizar a coluna de hoje, leitor, não falarei de aspectos comportamentais ou culturais, resumirei apenas alguns fenômenos biológicos ligados à sexualidade, uma vez que a diferenciação sexual é fenômeno de altíssima complexidade em que estão envolvidos fatores hormonais, genéticos e celulares.

Até a quinta semana de gestação, o embrião é assexuado. Só a partir da sexta semana é que as gônadas começam a se diferenciar. Se houver desenvolvimento de ovários, eles secretarão predominantemente estrogênios; se forem testículos, a produção predominante será de testosterona. Digo predominante, porque pelo resto da vida homens também produzirão estrogênios; e mulheres, testosterona, embora em pequenas quantidades.

[Variações nesse delicado equilíbrio hormonal](#) modificam os caracteres sexuais secundários, a anatomia dos genitais e o comportamento sexual.

Por outro lado, o conceito de que o sexo seria definido pela presença ou ausência do cromossomo Y é uma simplificação. Muitas vezes, os cromossomos sexuais não se distribuem igualmente entre as células do embrião. Da desigualdade, resultam homens com células XX em alguns órgãos e mulheres com cromossomos XY.

Talvez você não saiba, caríssima leitora, que fetos masculinos liberam células-tronco XY que cruzarão a placenta e se alojarão até no cérebro de suas mães, para sempre.

Quando a genética é levada em conta, as fronteiras sexuais ficam ainda mais nebulosas. Há dezenas de genes envolvidos na anatomia e na fisiologia sexual. A multiplicidade de interações entre os dominantes e os recessivos torna mais complexa a diversidade sexual existente entre homens, bem como entre mulheres, e faz surgir áreas de intersecção que tornam problemático para algumas pessoas definir sua sexualidade dentro dos limites impostos pela ordem social.

Como deveríamos então definir o sexo de cada indivíduo? Pelo binário dos cromossomos XX e XY? Pelos genes, pelos hormônios ou pela anatomia genital? O que fazer quando essas características se contrapõem?

Segundo [Eric Vilain](#), diretor do Centro de Biologia Baseada em Gênero, na Universidade da Califórnia: “Na falta de parâmetros biológicos, se você quiser saber o sexo de uma pessoa, o melhor é perguntar para ela”.

Esses conhecimentos [passam ao largo de grande parte da população](#). Para muitos, a homossexualidade é uma opção de gente sem vergonha. Repetem esse absurdo porque são ignorantes, sem a menor noção das raízes biológicas e comportamentais da sexualidade.

O argumento mais elaborado que conseguem usar como justificativa é o de que a homossexualidade não é fenômeno natural. [Outra estupidez](#): relações homossexuais têm sido documentadas pelos etologistas em todas as espécies de mamíferos, e até nas aves, únicos dinossauros que sobreviveram à catástrofe de 62 milhões de anos atrás.

Assim como a heterossexualidade, a homossexualidade se impõe. Não é nem pode ser questão de escolha. É possível controlar o comportamento, mas o desejo sexual é água morro abaixo.

Nos dias assustadores em que vivemos, em que [os boçais se orgulham das idiotices](#) que vomitam com ares de sabedoria, vários demagogos se apropriaram do preconceito social, para criar a tal “ideologia de gênero”, com o pretexto de defender a integridade da família brasileira. Partem do princípio de que assim ganharão mais votos, uma vez que os iletrados são maioria num país de baixa escolaridade, infelizmente.

Mandar recolher livros e disputar a primazia do combate a essa ideologia cretina e sem sentido é apenas uma demonstração de arrogância preconceituosa tão a gosto dos pobres de espírito.

Por Drauzio Varella

[‘Machismo e homofobia são heranças da colonização’, diz primeira mulher indígena a cursar doutorado na UFMG](#)

Célia Xakriabá é também a primeira integrante do povo Xakriabá a concluir um mestrado. Ela será uma das participantes da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, que acontece em Brasília na próxima terça-feira, dia 13

[\(O Globo, 09/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Ela é a primeira integrante do povo Xakriabá a concluir um mestrado. É também a única indígena a cursar doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) — estuda Antropologia. Célia Xakriabá, de 30 anos, está entre as cerca de 2 mil mulheres que vão nesta

sexta-feira, dia 9, para Brasília com o objetivo de participar da [1ª Marcha das Mulheres Indígenas](#).

A marcha em si está marcada para a próxima terça-feira, 13, mas já nesta sexta, que é Dia Internacional dos Povos Indígenas, é iniciado um fórum de discussões — que vai até dia 12, véspera da manifestação — no qual serão debatidos temas como defesa dos territórios indígenas, direitos das mulheres e homofobia.

Confira abaixo a entrevista de Célia à [CELINA](#).

Você é a primeira Xakriabá a ter mestrado e é a primeira indígena no doutorado da UFMG. Como avalia esse pioneirismo?

Ser a primeira não é ser a mais importante. Ser a primeira me dá a responsabilidade redobrada de não deixar que eu seja a última. As mulheres indígenas estão hoje ocupando mais e mais espaços. E isso é fundamental. Se não existir espaço para nós, vamos criar nosso espaço.

O tema da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas é “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Como é a relação entre território e corpo para você?

O território é todo o conjunto que nos pertence. O corpo é o primeiro território. E os corpos indígenas precisam ser respeitados. É uma reafirmação da identidade e da cultura. O principal objetivo da marcha é reafirmar a garantia não apenas da nossa vida, mas do nosso modo de vida. Nós morremos não só quando nossa vida é tirada, mas morremos coletivamente também quando se mata a nossa identidade. Não dá para pensar em povo indígena sem essa conexão profunda com o território, que é nossa morada coletiva.

A violência de gênero é uma preocupação para as mulheres indígenas?

Nós, mulheres indígenas, temos trazido isso à tona principalmente porque é preciso compreender que nenhum tipo de violência pode ser camuflada porque se trataria de algo cultural. Acreditamos que não se pode perpetuar violência sob o pretexto de ser cultura, tradição. Existe uma diversidade imensa de povos indígenas, cada um com sua cultura, e é preciso entender cada uma, mas lutamos para combater aspectos de violência nelas. Nenhuma forma de violência pode ser justificada como algo cultural.

A Lei Maria da Penha funciona para as indígenas?

A lei é importante principalmente no contexto urbano. Fora dele, não a acessamos. No contexto mais geral do que nós conhecemos, as mulheres indígenas não têm acesso a esse suporte. A Lei Maria da Penha não funciona para nós.

Você identifica a existência de machismo em alguns povos indígenas?

O machismo é herança do processo de colonização. Não digo nem que é de matriz colonizadora, mas de “patriz” colonizadora, porque vem do patriarcado. Mas, claro, existem sociedades indígenas patriarcais, e existem sociedades indígenas matriarcais. Só que, mesmo nas patriarcais, as lideranças masculinas esperam para dar as respostas sobre decisões importantes depois de falar com as mulheres. Isso é interessante.

A gente não pode dizer que nas sociedades indígenas não existe o machismo. Ele se faz presente hoje, mas é importante se perguntar: de onde ele veio? Não só o machismo, mas a homofobia. O preconceito existe hoje dentro de povos indígenas, mas de onde ele veio? Há registros muito antigos de relações entre pessoas do mesmo sexo nos povos indígenas. Séculos atrás não era um problema, mas agora é. Por isso que associamos ao processo de colonização. Vemos a afirmação contra o machismo e a homofobia como um processo de descolonização. E esse processo não pode ser parcial. Temos que ir até o fim.

Existe feminismo indígena?

É uma discussão muito complexa. No chamado da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, a gente quer muito discutir isso. Nunca ouvi, por exemplo, uma mulher mais velha se definir como [feminista indígena](#). E, como nós temos um senso de coletividade muito grande, se um dia eu falar que sou feminista, eu preciso estar acordada com meu coletivo, com as outras mulheres indígenas. Para nós, muito mais importante do que o conceito é a prática. A 1ª Marcha se apresenta como um movimento para estimular a aliança urgente com outros movimentos.

Você usa o seu corpo como forma de protesto, com pintura corporal?

Sim, uso como forma de manifestação política. A pintura é uma pele que nos dá a presença da ancestralidade. É uma forma de eu me sentir mais próxima dos meus ancestrais, porque quem pinta o corpo pinta também a alma. Não existe pintura sem ritual, nem ritual sem pintura. Mesmo o processo de colocar a pintura no corpo já é um ritual. Desde os 13 anos eu participo do movimento indígena e faço manifestações com pintura corporal. É uma forma de me reafirmar politicamente, de reafirmar minha existência enquanto indígena. E esses são os dois elementos mais fortes da nossa cultura: a pintura e o cocar. Durante a minha graduação em Ciências Sociais, por exemplo, há uns dez anos, eu já ficava o tempo todo me reafirmando politicamente, usando com frequência a pintura e o cocar. Muitos dizem “por que você não faz tatuagem também, que dura para a vida inteira?”. Mas aí não é conexão com a espiritualidade, é outra coisa. Por isso é muito significativo para mim continuar demarcando esse espaço, não para outras pessoas enxergarem como mais ou menos indígena, mas é para que eu entenda de onde venho e por onde transito.

[Lei Maria da Penha, 13 anos: direito de viver sem violência, por Maria Noel Vaeza](#)

Apesar dos avanços, feminicídio cresce e preocupa

Quando uma mulher é agredida, a sociedade é agredida. Esta é uma consciência em construção no mundo e mobiliza a energia de mulheres e homens há gerações, fazendo avançar leis, políticas, recursos e serviços especializados para o fim da violência contra as mulheres.

[\(Folha de S.Paulo, 07/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

No Brasil, há 13 anos a Lei Maria da Penha é amparo legal para [salvar incontáveis vidas de mulheres no ambiente doméstico e familiar](#), embora milhares tenham sido vítimas fatais do machismo.

Desde os anos 1980, o Brasil tem avançado na criação de mecanismos, normas e serviços especializados. Dessa forma, o Estado brasileiro cumpre seus compromissos internacionais com os direitos humanos das mulheres, como a Convenção Belém do Pará, que completa 25 anos em 2019. A Lei Maria da Penha é um exemplo disso e fruto do trabalho conjunto entre poder público e movimento de mulheres.

Nesse período, debates sobre violência se popularizaram e temas foram revelados, tais como [feminicídio](#), assédio sexual e violência contra as mulheres em espaços públicos. Vozes plurais das mulheres sobre dores e superações romperam silenciamentos. Transparência de dados, visibilidade de casos, campanhas e mobilizações on-line abriram os olhos de milhões de pessoas, despertando atenção aos primeiros sinais da violência.

Contudo, é [crescente o número de mulheres assassinadas](#). Segundo o Atlas da Violência de 2019, 4.963 brasileiras foram mortas em 2017: maior registro em dez anos. A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%. Entre 2012 e 2017, aumentou 28,7% o número de assassinatos de mulheres na própria residência por arma de fogo. Esta realidade é um novo chamado à ação para aprimorar a prevenção da violência contra as mulheres num horizonte de impedir agressões, torturas e feminicídios.

A América Latina e o Caribe têm altos índices de violência e letalidade de mulheres e meninas. [No Brasil, ocorrem quase metade das mortes na região](#). Resolver este problema é agir para a implementação adequada da Lei Maria da Penha por meio de políticas públicas que contemplem a diversidade das mulheres, orçamento à altura, mecanismos de gestão e monitoramento eficazes, dados estatísticos confiáveis, recursos humanos especializados capacitados e serviços de apoio às mulheres em plena operação até os rincões.

A conta é simples: se a violência aumenta, mais investimentos são necessários para a proteção social, tais como prevenção, acolhimento, justiça e reparação, conforme as recomendações da 63ª Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres, ocorrida neste ano.

Um ponto de partida é avaliar como as mulheres da periferia, rurais e comunidades tradicionais acessam a Lei Maria da Penha. É preciso saber quais são e como agem os elementos que fazem com que a violência ocorra mais cedo e perdure nos relacionamentos. É conhecer as vulnerabilidades das mulheres negras, indígenas, jovens, idosas, deficientes, lésbicas, bissexuais, [trans, entre outras](#), e as ameaças concretas à condição e à liberdade delas como sujeitas de direitos.

Estes 13 anos oportunizam análises maduras. Desde o início, a Lei Maria da Penha estimula novos modos de agir do poder público, respostas integradas, continuidade de investimentos e diálogo com a qualificada colaboração dos movimentos de mulheres ao tema, acumulada há mais de 40 anos.

Viver sem violência é direito de mulheres e meninas. É base para o desenvolvimento e a sustentabilidade. É ação para o presente e o futuro de igualdade em que as mulheres e

meninas acessem seus direitos sem que nenhuma delas fique para trás.

Por Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe

Em formato interativo inédito, Mapa da Violência de Gênero reúne dados e leis sobre violência contra mulheres e população LGBT+

Criada pela Gênero e Número com apoio da ALTEC, plataforma apresenta registros de agressões por localidade e permite cruzamento online de grande volume de dados

Em média, na última década foram assassinadas por dia no Brasil 12 mulheres – dentre elas, as mulheres negras são as maiores vítimas. Outros tipos de violência recaem especialmente sobre as mulheres: elas foram vítima de 90% dos 73 estupros cometidos a cada dia em 2017. Dados como esses, que revelam o processo acentuado de violência de gênero no Brasil, estão agora mais acessíveis.

Realizado pela Gênero e Número e apoiado pela Alianza Lationamericana para la Tecnología Cívica (ALTEC), o [Mapa da Violência de Gênero](#), em formato interativo inédito, disponibiliza as duas maiores bases oficiais de dados sobre violência do país – a do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) e a do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) – abrindo múltiplas possibilidades de pesquisa a partir de um grande volume de dados. A ferramenta de busca é acompanhada por textos e visualizações que ajudam a analisar o cenário de cada uma das 27 Unidades Federativas. O Mapa é resultado de um trabalho de pesquisa de um ano, com metodologia desenhada pela especialista em violência de gênero Wânia Pasinato e executado por uma equipe multidisciplinar da GN.

Acesse: www.mapadaviolenciadegenero.com.br

Até então manuseados principalmente por pesquisadores ou jornalistas dispostos a percorrer o caminho de solicitação via Lei de Acesso à Informação (LAI), os dados estatísticos oficiais mais importantes e abrangentes sobre violência distribuídos por sexo (feminino e masculino) se reúnem, no Mapa, ao alcance de qualquer pessoa interessada em se informar sobre o tema. As buscas comparativas para homens e mulheres, fundamentais para a compreensão das diferenças da violência quando aplicada a perspectiva de gênero, dão acesso a informações detalhadas, incluindo autoria do crime e encaminhamento judicial do caso, o que permite desenhar a trilha de diferentes tipos de violência praticados contra mulheres e população LGBT+.

As especificidades do grupo LGBT+ são abordadas em uma seção que destrincha dados de cada região, oferecendo uma leitura mais abrangente sobre as violências que acometem essa

minoria. Já na seção Leis é possível conhecer a produção legislativa estadual sobre o tema para além daquelas que significaram importantes marcos nacionais, como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Femicídio (2002). No levantamento, feito pela Gênero e Número, estão destacados os mecanismos legais estaduais com efetivo potencial de impacto na proteção e acolhimento das vítimas e punição dos agressores.

As fragilidades na coleta, produção e divulgação desses dados no Brasil guiaram uma outra frente de trabalho do Mapa, focada em incidência. Com a proposta de fortalecer a sistematização e padronização dos dados de violência contra mulheres, um grupo de formado pela Gênero e Número e as organizações convidadas ONU Mulheres e Artigo 19 abriu diálogo com o Conselho Nacional do Ministério Público para discutir as debilidades do Cadastro Nacional de Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher, um dos principais instrumentos para a coleta desse tipo de dado. Os detalhes dessa frente de trabalho do Mapa podem ser conhecidos na página Incidência.

O Mapa nasce sobretudo com esse propósito: denunciar e exigir a produção de dados cada vez mais qualificados, que apoiem o avanço de políticas de prevenção e enfrentamento à violência. Nesse percurso, o acesso à informação e a reflexão crítica são ferramentas centrais no combate à barbárie.

Para mais informações: contato@generonumero.media

[É hora de brancos lutarem contra racismo, diz escritora Djamila Ribeiro](#)

Mesa reuniu a ativista e Antonio Prata para debater politicamente correto

[\(Folha de São Paulo, 11/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Depois de 300 anos de escravidão, o ideal seria que os negros ficassem tomando piña colada no Caribe enquanto os brancos lutam contra o racismo no Brasil, na opinião da escritora Djamila Ribeiro. Justo, “já que a gente ficou esses anos todos batalhando e vivendo o racismo”, disse ela na noite desta quinta-feira (11) na Casa Folha, durante a Flip (Festa Literária Internacional de Paraty).

“Mas, como não vai ser possível, seria importante as pessoas começarem a não delegar”, afirmou. “As pessoas brancas precisam começar a entender a importância de elas debaterem racismo, elas lerem sobre isso, ter ações antirracistas nos seus espaços.”

Uma pequena multidão fez fila em frente ao espaço para assistir à conversa de [Djamila](#) com o também escritor [Antonio Prata](#), ambos colunistas da Folha, mediada pela [editora de Diversidade](#) do jornal, Paula Cesarino Costa —mesmo com o espaço lotado, o público se aglomerou para ver o debate do lado de fora.

“Ser politicamente incorreto faz sentido quando a gente vive num sistema cruel, desigual,

violento. Faz sentido ser incorreto aí. Ter uma contra narrativa, ir contra a norma estabelecida”, disse Djamila. “Mas houve um esvaziamento do termo politicamente correto. Se o respeito ao próximo, à humanidade do outro, é ser politicamente correto, devemos ser.”

Para Antonio Prata, o assunto não o incomoda. “A patrulha do [politicamente](#) correto é um comentário no meu Facebook. A patrulha da Rota mata”, afirmou, em consonância com o discurso de Djamila, que afirmou que “é mais efetivo discutir segurança pública, guerra às drogas.”

Para o escritor, autor dos livros “Nu, de botas” e “Trinta e poucos”, hoje se sabe que é condenável ser machista, racista e homofóbico, mas que “as pessoas estão lutando pelo direito de serem erradas”. “Sabemos que é horrível e lutaremos pelo direito de sê-lo”.

Prata afirmou que, por um tempo, achou “nada mais saudável que haja uma coerção social” que iniba o comportamento racista, mas que o momento político atual, com ascensão de grupos conservadores no Brasil e no mundo, mostrou que “a gente tem que pensar se o discurso é eficaz, ou se é uma maquiagem que a gente coloca na frente do ódio e o ódio volta pulando o muro.”

Para Djamila, por outro lado, “isso não é novo. O Brasil é um país extremamente [conservador](#)”, afirmou. “Para grupos minoritários, esse discurso de ódio é presente na nossa vida desde sempre. Esse ódio está impregnado na construção da sociedade brasileira.”

Mestre em filosofia pela USP e escritora de “O que é lugar de fala” e “Quem tem medo do feminismo negro”, a ativista afirmou que “o debate sobre racismo é surreal. A gente é acusado de dividir, de ser sectarista e violento”, o que chamou de cansativo.

Djamila reclamou de a luta negra ser constantemente classificada como identitária por pessoas brancas que não se reconhecem também como parte de uma identidade. “Me cobram por qualquer coisa que uma mulher negra faça, ‘você viu essa negra de direita?’. Eu não vejo homem branco sendo cobrado porque Bolsonaro é presidente”, afirmou .

Consenso entre eles foi que a falta de [diversidade](#) prejudica o Brasil. “A própria elite perde com o privilégio. O mundo perde quando não tem 70% de concorrência. A literatura é pior, o cinema é pior”, afirmou Prata, que também é roteirista.

Por Thiago Amâncio

[Trans conseguem cotas e cursos em universidades, mas geram reações adversas](#)



A UNB promoveu uma Drag Race para tornar o ambiente universitário mais acolhedor, mas atraiu críticas de conservadores. CRédito: André Gomes - Secom/UnB

“Comunista, baderneiro e viado.” Muitas dessas palavras foram escritas em uma carta anônima espalhada em pontos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pouco mais de uma semana após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Além dos ataques, continha ameaças a alguns estudantes e professores da instituição. Entre os citados, está a professora Luciana Vieira, coordenadora da diretoria LGBT da UFPE – primeira universidade do país a criar, em 2015, uma diretoria específica para a comunidade no campus.

(UOL Tab, 11/07/2019 - acesse no site de origem)

“Outra doutrinadora perigosa é a Luciana Vieira/Sociologia. Ela apoia travecos (sic) a disseminarem a ideologia de gênero na TV da universidade. Seus orientandos também são todos degenerados”, dizia o documento apócrifo.

No mesmo ritmo em que políticas para promoção de direitos LGBT vêm mudando a cara de universidades públicas no Brasil, como as cotas para pessoas trans, crescem também mensagens de ódio e desrespeito dentro do campus. Para essas minorias, a permanência na universidade tem sido um ato de resistência.

Ao longo de 2019, a diretoria LGBT da UFPE voltou a sofrer ameaças em telefonemas anônimos. Desde então, o prédio da diretoria ganhou reforço na vigilância, e a professora Luciana Vieira passou a circular com segurança pessoal. “A violência LGBT está em todos os espaços da universidade, aqui não é uma bolha. Vivemos em um país lgbtfóbico, não seria diferente no âmbito da universidade”, diz Luciana.

Cota e inclusão

Um levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), divulgado em maio deste ano, mostra que a proporção de graduandos que não se classificam como heterossexuais não chega nem a um quinto do total. Na pergunta sobre orientação sexual inserida pela primeira vez na pesquisa, 16,4% se disseram LGBT num universo de 63 universidades e 424 mil estudantes.

No tópico sobre gênero, os que se declaram trans representam um universo muito menor: 0,2% do total. Porém, quando agrupados todos os universitários que não se identificam como cis (homem ou mulher), a proporção é de 11,6% do total. “Tais números nos levam a pensar que a universidade pública de fato é um espaço onde a heteronormatividade, para não dizer cis-normatividade, tende a ser cada vez mais questionada”, diz o levantamento da Andifes na síntese dos resultados.

Estudantes com identificação trans começaram a ser incluídos nas cotas sociais na graduação desde o ano passado, mas o número de instituições com vagas reservadas para transexuais, travestis e transgênero ainda é pontual. Como não há legislação federal que regule essas cotas, as universidades têm autonomia para estabelecer novas políticas afirmativas.

Na graduação, começou com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em 2018,

seguida pelas federais da Bahia (UFBA) e do ABC Paulista (UFABC). Em Pernambuco (UFPE), a previsão é que a resolução seja aprovada no segundo semestre de 2019. Nos programas de pós-graduação, há pelo menos 16 instituições federais e estaduais no país que já adotam cotas como política afirmativa para trans no ensino superior, segundo o Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE).

Especialista em educação, o diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Julvan Moreira, diz que as cotas públicas, assim como outras ações, são essenciais para ampliar vozes das minorias dentro do sistema educacional. “A função da universidade é reconhecer essas políticas de inserção na defesa de um público que é discriminado historicamente”, defende. No atual cenário político, afirma, é preciso cada vez mais que esses grupos ganhem espaço.

Na UFABC, onde a reserva de 32 vagas foi aprovada em outubro do ano passado, a diretora LGBT do Diretório Central dos Estudantes, Beatriz Baria, conta que foi difícil incluir as pessoas trans nas cotas sociais da universidade. “Foi um processo muito complicado, principalmente porque dentro desses conselhos existe uma bancada de professores conservadores. Essa [resolução] de reserva de vagas foi barrada várias vezes”, relata.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o pastor Tupirani da Hora entrou com uma ação popular contra a reserva de duas vagas para travestis e trans de um total de 25 na seleção de 2018 para o mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos. Líder da Igreja Geração Jesus Cristo (cujo lema é “Bíblia sim, Constituição não”), o pastor argumentou que a reserva de vagas ofende a ampla concorrência, a moralidade e a legalidade administrativa. A Justiça acabou suspendendo as vagas, em primeira e segunda instância.

Vitorioso, o pastor investiu contra as cotas sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), também no Rio de Janeiro, para suspender a reserva de vagas para candidatos trans no processo seletivo de 2018 do programa de mestrado e doutorado em Comunicação. Neste caso, a Justiça deu ganho de causa à UFF, que reserva uma vaga - adicional às 20 que oferece anualmente no programa de mestrado - para candidatos transgênero, transexuais ou travestis.

Visibilidade na universidade

“Eu sou um corpo muito visível dentro do espaço acadêmico.” Primeira travesti negra doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Megg Rayara diz que precisa provar diariamente que é capaz de produzir ciência dentro do campus.

“O tempo todo as pessoas estão analisando aquilo que a gente fala, o que a gente escreve, que a gente produz. Se eu tenho uma produção de qualidade é mérito meu, é mérito individualizado. Mas se por acaso eu faço uma bobagem, eu faço alguma besteira, isso vai respingar no coletivo, nas outras meninas trans, nas outras travestis”, afirma Megg, hoje professora do Departamento de Educação da UFPR.

A forte presença de um movimento conservador dentro da universidade ficou clara para Megg já no processo de seleção para o mestrado. “Foram quatro tentativas. Era visível o desconforto de alguns professores quando eu chegava para fazer as entrevistas na banca. E eu nunca tinha sido reprovada na prova escrita”, lembra.

Ataques e discursos de ódio cresceram no país: a pesquisa “Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”, da organização de mídia Gênero e Número, mostra que 56% das travestis, homens e mulheres transexuais afirmaram ter sofrido violência mais de três

vezes durante as eleições de 2018.

Em abril deste ano, Megg Rayara foi atacada em uma página no Facebook que se propõe a unir alunos e professores da UFPR “que prezem pela moral e os bons costumes”. A professora observa que lgbtfóbicos sempre existiram, circulando no espaço educacional em todos os níveis, inclusive no meio acadêmico. O que mudou foi a validação dos ataques: “O atual governo autorizou que essas pessoas se manifestassem de forma truculenta. Um governo que coloca a educação como inimiga é um governo preocupante”, critica a professora.

Luta e resistência no campus

“Há toda uma sociedade heteronormativa que desafia nossa existência dentro da universidade”, ressalta a presidente do Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE), Andreia Cantelli. Para ela, o sistema conservador é contra toda e qualquer cota, não somente para trans. As pessoas trans são afastadas dos direitos fundamentais por não corresponderem à normatização de gênero, afirma.

Uma pesquisa feita com mais de 250 estudantes trans do país, divulgada pelo IBTE em janeiro deste ano, mostrou que as principais dificuldades encontradas pela comunidade LGBT nos espaços educacionais são a negação ao nome social, ao uso dos banheiros e a invalidação das pesquisas acadêmicas.

Na USP, banheiros ganharam adesivos após uma aluna trans ser agredida por um grupo de mulheres no banheiro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 2016. Depois do ocorrido, o conselho estabeleceu que os banheiros da universidade podem ser usados de acordo a identidade de gênero.

Desde 2015 há uma resolução da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal que garante o uso do banheiro adequado ao gênero e a adoção do nome social nas instituições de ensino. A resolução, porém, não tem força de lei. Na época, o então deputado federal Jair Bolsonaro apresentou um projeto de decreto legislativo pedindo a suspensão da regulamentação. O projeto ainda aguarda designação de relator.

A criação de diretorias de diversidade pode ter papel fundamental no acolhimento do estudante LGBT no campus, que enfrenta desde piadas e comentários discriminatórios em sala de aula até assédio e agressões verbais e físicas dentro das universidades.

Graduando em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Gabriel Herculano lamenta não ter encontrado na instituição onde estuda um espaço que pudesse ajudá-lo quando estava em processo de transição. Homem trans, Gabriel já enfrentou muitos constrangimentos, principalmente nos banheiros da universidade.

“Já houve muitos casos de homofobia e transfobia dentro do campus e ficou por isso mesmo, pois somos invisibilizados lá dentro. O que a gente busca é informações através de outros amigos LGBTQ+, mas sabemos que não estamos amparados, não há uma política pública para isso”, critica o estudante.

A Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante da UFPB afirmou que busca amparar a comunidade LGBT a partir de algumas ações pontuais. Entre elas, citou apoio psicológico, restaurante universitário e bolsa permanência quando o estudante se encontra em vulnerabilidade social.

Na Universidade de Brasília (UnB), a criação da Diretoria da Diversidade permitiu encaminhar e acompanhar casos de lgbtfobia no âmbito acadêmico. Além de capacitação profissional, a UnB dispõe de bolsas emergenciais de R\$ 465 para estudantes desabrigados após conflitos familiares, que o aluno pode receber por até três meses. Em média, 20 estudantes por semestre recebem o auxílio.

Política orçamentária

Mas o contingenciamento de verbas das universidades públicas, no valor de R\$ 5,8 bilhões, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) vem afetando pouco a pouco algumas das políticas públicas LGBT. A primeira vítima na UnB foi um programa de formação em diversidade destinado a professores, técnicos e estudantes, cancelado por falta de recursos.

Bastante criticado pelo corte no orçamento das universidades, o ministro da Educação Abraham Weintraub justificou a medida acusando o uso indevido de verbas públicas em situações de “balbúrdia”. Em abril deste ano, o ministro afirmou que universidades como a UnB têm permitido que aconteçam eventos políticos em suas instalações, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, declarou Weintraub.



Evento sobre drag queens na Universidade de Brasília (UnB) promove a diversidade dentro do campus. Crédito: André Gomes - Secom/UnB

Os exemplos que Weintraub citou levaram a diretoria da Diversidade da UnB a emitir uma nota em defesa do evento Drag Race, realizado em maio deste ano em alusão ao Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia e apontado como um exemplo de uso indevido de verbas públicas pela universidade.

“O evento foi idealizado e realizado coletivamente, sem a utilização de recursos financeiros da Universidade. O objetivo dessas ações é chamar a atenção da comunidade para a necessidade do reconhecimento e respeito às diversidades identitárias de gênero e orientações sexuais, com vistas a reduzir as violências e violações de direitos praticados pela sociedade de forma geral”, diz a nota.

Apesar do orçamento restrito, a maioria das iniciativas promovidas pela diretoria continuam, garante a diretora da Diversidade da UnB, Susana Xavier. Na UFPE, no entanto, os cortes do MEC levaram a diretoria LGBT a adiar para o segundo semestre o lançamento do programa de rádio LGBT no Ar, à espera de uma última parcela de recursos para compra de equipamentos.

As políticas afirmativas para a comunidade LGBT, a exemplo de cotas para trans nas instituições que já adotaram tal medida, não correm risco devido à autonomia das universidades públicas. Mas todos os entrevistados concordam em um ponto: o momento não é favorável para quem é LGBT.

Solidariedade contra o preconceito

Na UFABC, o DCE busca parcerias com repúblicas que sejam acessíveis, baratas e “LGBT Friendly” a fim de amparar estudantes que enfrentam problemas dentro e fora de casa. As iniciativas se estendem a espaços dedicados a outras atividades, como o esporte. Primeiro time

de futsal LGBTQ da Paraíba, o Dandara atua como um espaço de acolhimento e resistência, segundo Suellen Gentil, do curso de Tradução da UFPB. Ela diz que quer ser respeitada e valorizada como mulher lésbica e acredita que a universidade é um dos principais espaços que dispõe para quebrar preconceitos. “São práticas como essas que nós reafirmamos nossa existência. Vamos continuar lutando por uma universidade que seja mais plural e diversa.”

Por Ítalo Rômany, da agência Eder Content, colaboração para o TAB, em João Pessoa (PB)

[Vem aí: Mapa da Violência de Gênero, a plataforma interativa da Gênero e Número](#)

Em formato interativo inédito, Mapa da Violência de Gênero reúne dados e leis sobre violência contra mulheres e população LGBT+

✘ Criada pela [Gênero e Número](#) com apoio da ALTEC, plataforma apresenta registros de agressões por localidade e permite cruzamento online de grande volume de dados.

O Mapa nasce com o propósito de denunciar e exigir a produção de dados cada vez mais qualificados, que apoiem o avanço de políticas de prevenção e enfrentamento à violência. Nesse percurso, o acesso à informação e a reflexão crítica são ferramentas centrais no combate à barbárie.

Aguarde: lançamento em breve!

Para mais informações: contato@generonumero.media

[50 anos de Stonewall e a luta contra a violência policial, por Camila Marins e Roberta Cassiano](#)

Na madrugada de sábado 28 de junho de 1969, um grupo de pessoas LGBTIs protagonizou a Revolta de Stonewall contra a violência policial nas ruas de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Nessa época, era ainda maior o número de internações compulsórias e abusos do Estado, materializado principalmente pela intensa criminalização. Com tantas batidas policiais nos bairros e espaços de socialização que frequentavam, muitas vezes verdadeiros refúgios para a vivência livre de suas sexualidades e identidades de gênero, a população LGBTI decidiu resistir

e se levantar contra a violência policial.

[\(Agora É que São Elas, 26/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Relatos de testemunhas dão conta de que o estopim para a reação contra a batida policial inesperada no Stonewall Inn, bar localizado em Greenwich Village, teria sido a prisão de uma mulher lésbica após inúmeras tentativas de resistência e agressões por parte da força policial que incluía, dentre seu procedimentos, checagem do “sexo” das pessoas presentes, muitas delas trans, drags, gays e lésbicas cujas diversas (des)conexões entre sexo, gênero, comportamento e desejo extrapolavam o regime de heteronormatividade. Quando finalmente os policiais conseguiram conduzir esta mulher, cuja identidade é motivo de controvérsia, para a viatura, ela teria dito à multidão revoltada “e vocês? Não vão fazer nada?” - dando início aos eventos hoje reconhecidos como marco histórico fundamental na organização das ações e da luta LGBTI.

A atuação de mulheres como Sylvia Rivera, Marsha P. Johnson e Stormé DeLarverie nesta noite e nos eventos que a sucederam merece destaque. Comumente chamados de “distúrbios de Stonewall”, tais ocorrências foram, nas palavras de Stormé, mulher lésbica e negra: “uma rebelião, uma insurreição, uma desobediência civil - não foi uma porcaria de distúrbio”. As travestis Sylvia e Marsha seguiram denunciando a violência do Estado e lutando por moradia. Elas organizaram a Casa S.T.A.R., sigla em inglês para “Ação das Travestis de Rua Revolucionárias”, um lugar de acolhimento para pessoas trans e de fortalecimento dos laços de solidariedade em prol da sobrevivência da comunidade.

Hoje, no Brasil e no mundo, comemoramos a data que completa 50 anos e, no entanto, os meios de comunicação insistem no apagamento histórico dessas mulheres que pautaram mudanças estruturais urgentes e ainda por conquistar. No último domingo, o programa Fantástico, exibido pela Rede Globo, ainda que tenha dado voz a ativistas importantes nessa luta, apresentou uma narrativa desse episódio histórico cuja análise crítica é fundamental para a compreensão e organização das frentes de luta feminista, antirracista e LGBTI.

A referida reportagem sequer cita os nomes de Marsha e Sylvia. Em uma das entrevistas, somos confrontadas com a afirmação de que o movimento LGBTI deve à banda Beatles, pela androginia expressa por seus “cabelos longos”, seus avanços e a paulatina ocupação dos debates públicos. Este tipo de leitura reforça a hegemonia de homens brancos cisgêneros e heterossexuais, mesmo quando o assunto é um levante LGBTI contra a violência policial e a criminalização de seus corpos e formas de vida.

Estávamos no fim dos anos 60 e início dos anos 70, no âmbito do que se considera a segunda onda do movimento feminista, com os movimentos de mulheres desenvolvendo e tensionando a ferramenta conceitual do gênero na academia e em diversas organizações políticas. Tratava-se de uma época na qual ainda se colhiam as consequências da afirmação de Simone de Beauvoir segundo a qual “não se nasce mulher. Torna-se” (1949). Em 1963, Betty Friedan já havia publicado seu livro “A mística feminina”, denunciando os estereótipos ligados à mulher como “esposa e mãe zelosa”. Em 1969, ano da fatídica rebelião, Monique Wittig, feminista lésbica publica “Les guérillères”, ficção repleta de críticas à sociedade patriarcal e aos papéis de gênero sexistas da época. No ano seguinte, são publicados “A mulher eunuco”, de Germaine Greer e “Política sexual”, de Kate Millett.

Além disso, muitas mulheres negras estiveram à frente dos movimentos pelos direitos civis na década de 60, cujas táticas e alianças promovidas certamente contribuíram para o clima que se

expressa também em Stonewall. Em “Uma declaração Negra Feminista”, produzida pela Coletiva do Rio Combahee (1977), grupo feminista negro da cidade de Boston, lemos: “A política feminista negra também tem uma conexão evidente com os movimentos para a libertação negra, em particular os das décadas de 60 e 70. Muitas de nós participamos nos movimentos (Direitos Civis, Nacionalismo Negro, As Panteras Negras) e todas nossas vidas foram afetadas e transformadas por suas ideologias, suas metas, e as táticas empregadas para alcançá-las. Nossa experiência (...) nos levou a ver a necessidade de desenvolver uma política que fosse antirracista, à diferença das mulheres brancas, e antissexista, à diferença dos homens negros e brancos.” - mas aparentemente nada disso foi tão importante para o movimento LGBTI quanto as longas cabeleiras dos rapazes de Liverpool.

A luta LGBTI sempre teve marcos estruturais pautados pelas mulheres, que são apagadas da história. Embora as apropriações mercadológicas e as conviências com o patriarcado expresso pela hegemonia de homens brancos e ricos no próprio movimento LGBTI digam o contrário, Stonewall sempre foi sobre a violência policial. Não podemos perder esse horizonte, porque esta é bandeira central na luta feminista e antirracista. O marco dos 50 anos de Stonewall tem que nos dizer sobre a impossibilidade de assumir tais frentes de atuação como essencialmente distintas. Mais do que a inclusão da população LGBTI no rol dos indivíduos aptos a gozar de direitos como o casamento e a adoção, é preciso compreender como estão entrelaçados os dispositivos da cisheteronormatividade e as retóricas e práticas necropolíticas que ameaçam as democracias liberais por toda a parte, o que significa construir movimentos políticos que para além de identitários, propõem novos modelos de sociedades.



Manifestação de mulheres lésbicas contra a violência policial (Foto: Laura Jeunon)

Não à toa que mulheres lésbicas, em 13 de abril de 1980, estenderam a faixa “Pelo prazer lésbico” contra a violência policial, na frente do Teatro Municipal, em São Paulo. Em plena ditadura civil-militar no Brasil, as lésbicas se uniram aos movimentos negros e de mulheres para dizer basta à violência policial praticada pelo delegado Richetti. Nas ruas, era comum ouvir: “É sapatão? Pro camburão”. Ou quando nós, lésbicas, formamos uma ala no 8 de março deste ano com a faixa “Lésbicas contra a militarização”, denunciando a violência do Estado praticada no Rio de Janeiro, principalmente contra essa política genocida disfarçada de política de segurança pública. Em 2019, são 3 anos do assassinato de Luana Barbosa, lésbica negra pobre que foi barbaramente espancada por policiais militares e, conseqüentemente, morta. Joyce Cristina, este ano, foi encontrada morta na linha de trem em Madureira. Marielle Franco perguntou e seguiremos perguntando: “quantos de nós têm que morrer para essa guerra acabar?”. Stonewall será sempre um guia contra a violência policial, contra a militarização da vida, contra o genocídio da população negra. Que esta data traga a oportunidade para discutirmos as tensões e alianças possíveis para nós, mulheres lésbicas e feministas, com o movimento LGBTI. Que a sociedade, a mídia e os nossos companheiros compreendam que há muita sapatão, mulheres trans, travestis, pessoas negras e indígenas nessa construção histórica e que ainda há muito a ser feito.

Camila Marins é jornalista, ativista feminista negra lésbica e uma das editoras da Revista Brejeiras.

Roberta Cassiano é professora de filosofia, ativista feminista lésbica e uma das editoras da Revista Brejeiras.

[Como a sede da Copa América discute machismo e violência contra mulheres](#)

[\(UOL Esporte, 25/06/2019 - acesse do site de origem\)](#)

Na estreia da seleção brasileira na Copa América, [torcedores gritaram “bicha” quando o goleiro boliviano Carlos Lampe ia cobrar tiros de meta](#). As reações homofóbicas não são novidade, e [a própria CBF já desembolsou quase R\\$ 500 mil em multas impostas pela Fifa](#) por conta do gesto.

É a mesma CBF que iniciou os preparativos para a [Copa América](#) lidando com [acusação de estupro contra Neymar](#), principal estrela da seleção. Justamente em meio a situações que colocam temas como estes em debate que uma das cidades que sedia a competição no Brasil escancarou a discussão.

Salvador, que recebeu quatro jogos da primeira fase da Copa América e ainda aguarda mais um pelas quartas de final, tem promovido duas campanhas nas últimas semanas: a primeira, patrocinada pelo Governo da Bahia, é de combate à cultura machista e à masculinidade tóxica,

que é uma ideia construída socialmente de que agressividade e força são qualidades do homem. A outra campanha é a marca das festas de São João em Salvador, que é “Respeita as Mina”, para enfrentamento da violência contra as mulheres.

A campanha a respeito de masculinidade tóxica conta com outdoors espalhados pela cidade, além de mídia eletrônica e digital. Quem circula por Salvador é bombardeado pelas informações, inclusive na TV, em que um comercial aborda o ciclo da violência doméstica: “Antes do tiro, o tapa. Antes do tapa, o grito. Antes do grito, o controle. Antes do controle, o machismo. Antes do machismo, a masculinidade tóxica.”.

[O conceito é reconhecido pela Associação Americana de Psicologia](#) e não abrange apenas os males às mulheres, mas também aos homens que se percebem fora do padrão de masculinidade estabelecido socialmente como ideal e que, por isso, sofrem. É o que eterniza expressões como “homem não chora”, “homem de verdade não leva desaforo para casa”, e que faz o grito de “bicha”, uma construção social que define o homem homossexual, ser considerado como ofensa, como ocorre nos estádios de futebol do Brasil.

[Tal conduta passou a ser comum nos estádios brasileiros após a Copa do Mundo de 2014](#). Os torcedores mexicanos provocavam goleiros adversários gritando “puto”, que significa “bicha” em espanhol. Os brasileiros abraçaram a ideia e passaram a repetir em muitos lugares. Ao longo das Eliminatórias para a Copa do Mundo de 2018, por exemplo, a CBF teve que desembolsar 123 mil francos suíços (cerca de R\$ 450 mil) por gritos homofóbicos durante cinco jogos da seleção brasileira como mandante. Campanhas já foram feitas pela CBF e pela Fifa, mas há quem defenda que os gritos não são atos de preconceito, e sim manifestação da cultura de arquibancada.

De acordo com apuração do UOL Esporte, o cerco se fechará no futebol brasileiro. O STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva) começou a enviar ofícios e comunicados aos clubes, federações e árbitros do país informando que haverá mudanças, com punições aos times cujas torcidas se manifestarem de maneira homofóbica nos estádios, multa e até perda de pontos ou eliminação em competições mata-mata. A ideia é obedecer à decisão da [criminalização da homofobia estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal](#). (STF).

Assim, os clubes terão algum tempo para se adaptar e conscientizar seus torcedores, mas depois a orientação será para os árbitros escreverem na súmula a ocorrência de manifestações homofóbicas. A Procuradoria também fará denúncias que irão a julgamento no STJD segundo o artigo 243-G do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (“Praticar ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante, relacionado a preconceito em razão de origem étnica, raça, sexo, cor, idade, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência”).

Violência contra a mulher no centro do debate

O tema das festas de São João da Bahia foi uma campanha de sensibilização sobre a violência contra a mulher chamada “Respeita as Mina”, com mote semelhante ao que rolou no Carnaval. Houve cartazes e faixas distribuídos pela capital baiana e cidades movimentadas no interior, além de distribuição de adesivos e reforço a lemas da campanha, como “Forró tem que ser agarradinho. Mas só se ela deixar” ou “Conversar pode, puxar o braço não pode. Perguntar o nome pode, passar a mão não pode. Ser gentil pode, puxar o cabelo não pode”.

“Não é possível mais que as mulheres, por estarem numa festa, as pessoas considerem que o corpo dela é público. O local é público, o corpo dela não”, explica Julieta Palmeira, secretária

de Políticas para Mulheres da Bahia. Um dos temas em discussão, inclusive em unidades móveis da campanha com psicólogas, é um assunto que tem sido muito falado no Brasil nas últimas semanas, que são as [formas de violência sexual e a separação do que pode ou não ser considerado estupro](#).

Um dos ganchos para abordagens sobre o tema foi justamente [a acusação de estupro que pesa sobre Neymar](#), atacante do PSG e da seleção brasileira. De acordo com a modelo Najila Trindade, que o acusa, Neymar teria cometido violência sexual contra ela, e isso não tem relação direta com seu envolvimento prévio, viagem com objetivo de manter relações sexuais ou criação de clima propício para a prática.

Houve avanços recentes na área de debate público e também legislativa, com aplicação de leis como do [Feminicídio](#) e Maria da Penha, mas ações de sensibilização têm seu espaço para promover mudanças de comportamento e evitar que estatísticas negativas continuem aumentando, como os 23 feminicídios registrados na Bahia no primeiro quadrimestre de 2019, contra 17 no mesmo período do ano passado.

Gabriel Carneiro

[Mais da metade dos paulistanos é a favor da criminalização da homofobia e da transfobia](#)

Pesquisa da Rede Nossa SP mostra que moradores do Centro e da Zona Oeste são mais favoráveis à criminalização da LGTBfobia.

[\(G1, 18/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A maior parte da população da cidade de São Paulo é favorável à criação de uma lei para criminalizar a homofobia e a transfobia.

De acordo com pesquisa divulgada pela Rede Nossa SP, em parceria com o Ibope, 55% dos entrevistados são a favor da criminalização e outros 22%, contra. Não sabem ou não responderam chegam a 23%.

Entre os que se declaram a favor, 60% são mulheres, 66% mais jovens, 61% brancos, 60% pertencem à classe B e têm renda familiar acima de 5 salários mínimos. Já os que são contra a lei, 27% são homens e 27% possuem entre 35 e 44 anos.

Moradores do Centro e da Zona Oeste de São Paulo são mais favoráveis à criminalização da LGTBfobia, e os que residem na região Norte são os mais contrários à lei. Entrevistados que não se informam sobre os direitos dos LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e outros gêneros) se mostram mais contrários à lei que criminaliza a LGTBfobia: cerca de 4 em 10.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu no dia 13 de junho, por 8 votos a 3, permitir a [criminalização da homofobia e da transfobia](#). Os ministros consideraram que atos preconceituosos contra homossexuais e transexuais devem ser enquadrados no crime de racismo.

Já [o presidente Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) disse que a decisão do STF foi “completamente equivocada”. “Além de estar legislando, está aprofundando a luta de classes cada vez mais. No meu entender, não poderia ter esse tipo de penalidade. A penalidade se você ofender uma pessoa, dar uma facada, dar um tiro só porque é gay, tem que ser agravada a pena dessa pessoa e ponto final”, afirmou Bolsonaro na semana passada.

Perfil dos entrevistados

Foram entrevistados 800 moradores de São Paulo entre os dias 3 a 23 de abril de 2019 por meio de coleta pessoal e on-line. O índice de confiança é de 95%, e a margem de erro da pesquisa é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

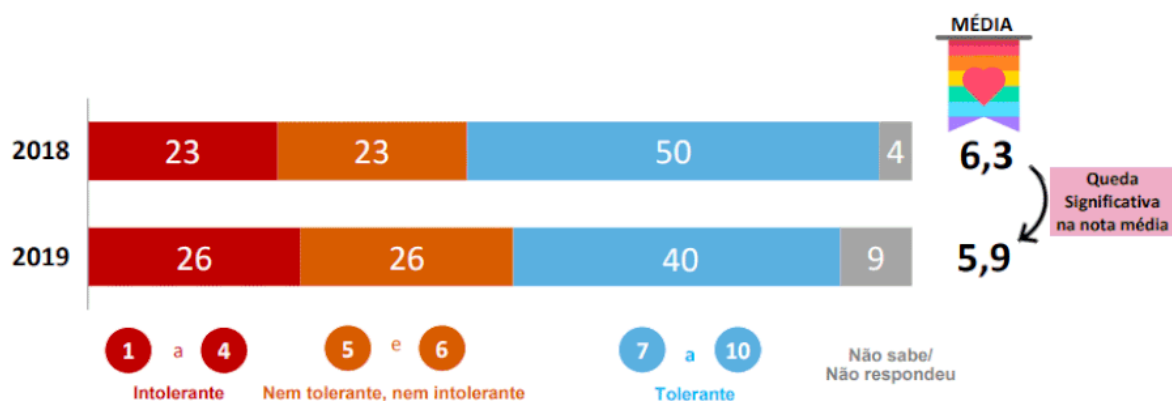
Dos entrevistados, 54% são do sexo feminino e 46% do sexo masculino. Em relação à orientação sexual, 80% declararam que são heterossexuais, 4% homossexuais, 3% bissexuais, 1% pansexual e 11% não responderam.

Tolerância

Caiu em 10 pontos percentuais a percepção dos paulistanos de que a cidade de São Paulo é tolerante com a população LGBT+. Essa percepção geral é mais forte entre os mais jovens, os mais pobres e aqueles que se autodeclararam pretos ou pardos, que é a parcela da população geralmente mais exposta às situações de preconceito.

Também há maior percepção de intolerância por parte dos entrevistados menos escolarizados em comparação aos que possuem ensino superior. Os mais ricos notam a cidade como tolerante, se comparados aos mais pobres. Enquanto pretos/pardos percebem intolerância com a população LGBT+, os brancos a veem como indiferente.

Cai 10 pontos percentuais a percepção dos paulistanos de que a cidade de São Paulo é tolerante com a população LGBT+



Observa-se queda significativa na nota média entre os mais jovens (5,9 → 5,4) ao passo que cresce significativamente entre quem tem de 25 a 34 anos (5,9 → 6,4).

Pesquisa da Rede Nossa SP sobre LGTBfobia (Foto: Divulgação)

Administração Pública

A maior parte dos paulistanos diz que a Prefeitura tem feito pouco para combater a violência contra a população LGBTQ+. Segundo o levantamento, 43% dos entrevistados acham que a administração municipal tem feito pouco, 25% nada, 10% muito e 22% não responderam.

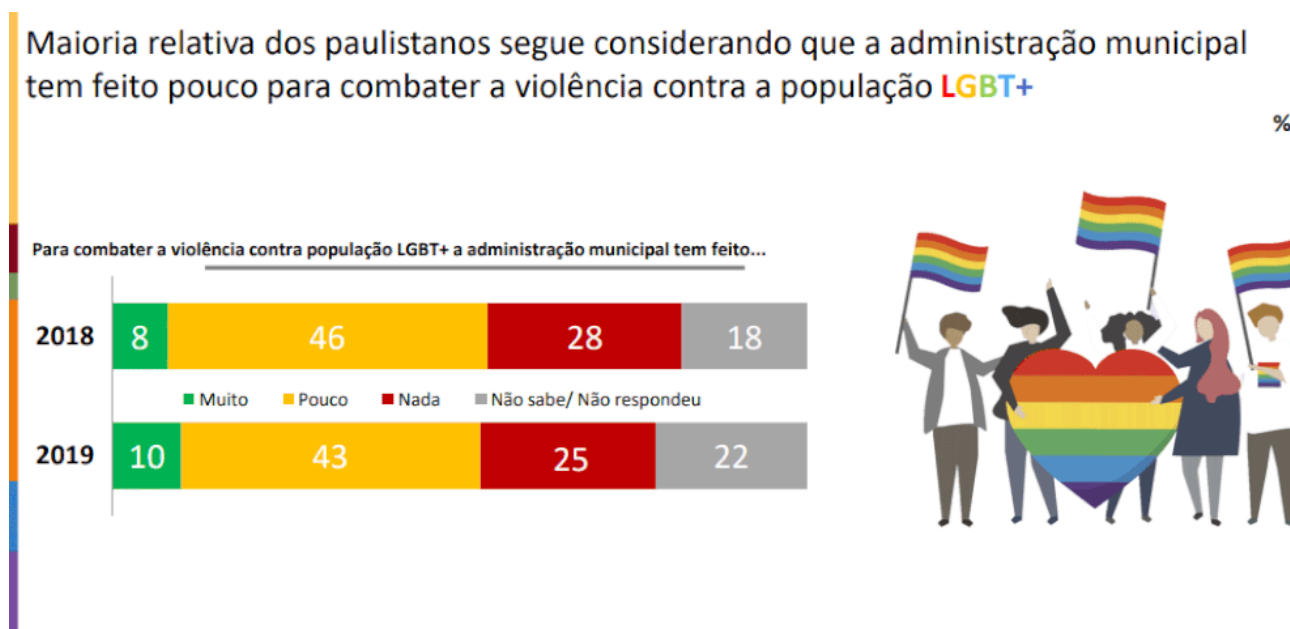
“Mais da metade da população avalia mal a Prefeitura em relação a sua atuação na garantia dos direitos LGBTQ+. Somando tudo isso significa que a população está vivenciando e presenciando mais situações de preconceito, a cidade está mais intolerante e está avaliando que a Prefeitura está fazendo pouco para garantir os direitos LGBTQ+”, afirmou Américo Sampaio, coordenador da Rede Nossa São Paulo.

“Então, de alguma forma, uma parcela majoritária da população se sensibiliza com essa questão e é favorável à criação de leis que criminalizem a questão da LGTBfobia”, acrescentou.

A Prefeitura aponta diversas ações e serviços voltado ao público LGBTQ+ (leia mais abaixo).

Enquanto os moradores da região Leste (31% nada e 36% muito pouco) são mais críticos em relação ao o que a gestão municipal tem feito pela população LGBTQ+, aqueles que moram nas regiões Norte (14% muito) e Centro (18% muito) são os que mais dizem que muito tem sido feito.

Entre os entrevistados que acham que a Prefeitura de São Paulo tem feito pouco, 50% possuem ensino superior. Já os que consideram que nada foi feito, 31% possuem ensino fundamental.



Pesquisa da Rede Nossa SP sobre LGTBfobia (Foto: Divulgação)

A sensação de que a gestão municipal tem feito “muito” para combater a violência contra os LGBTQ+ aumenta quanto maior o grau de percepção de tolerância da cidade com a população

LGBT+.

Seis em cada dez paulistanos consideram importante a elaboração e implementação de políticas públicas municipais que promovam a igualdade de direitos para os LGBT+. Os moradores das Zonas Oeste e Norte são os que mais dão importância à implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de direitos.

A TV e a Internet são as fontes mais utilizadas para se informar sobre os direitos LGBT+.

Vítimas

Cerca de 4 em cada 10 entrevistados sofreram ou presenciaram alguma situação de preconceito em função da orientação sexual nos espaços e também no transporte públicos.

“É assustador que 4 em cada 10 paulistanos já presenciaram ou vivenciaram uma situação de preconceito contra a população LGBT, em especial, no espaço público e transporte público. A violência e o preconceito contra a população LGBT está praticamente entranhado na sociedade, porque estamos falando de quase metade da sociedade que já presenciou ou vivenciou essa situação. Então, na prática há quase que uma naturalização dessa situação de preconceito na cidade”, declarou Américo Sampaio.

O perfil de quem mais sofreu ou presenciou alguma situação de preconceito são:

- Mulheres pretas/pardas, com idades de 16 a 24 anos e de 35 a 44 anos
- Com escolaridade média
- Que possuem renda familiar mensal até 2 salários mínimos
- Pertencentes à classe C
- Moram na Zona Leste

Em 2018, 420 pessoas morreram em todo o país vítimas de LGTBfobia, sendo 320 assassinatos e 100 suicídios.

O que diz a Prefeitura

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para LGBTI, é responsável por formular, articular, propor e monitorar políticas públicas que visem à promoção da cidadania e a garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Entre os serviços voltados para esse público está o Centro de Cidadania LGBTI que faz atendimento a vítimas de violência, preconceito e discriminação. O centro presta apoio jurídico, psicológico e de serviço social, com acompanhamento para realização de boletins de ocorrência e demais orientações.

São quatro sedes fixas (Centro, Zona Norte, Leste e Sul) e quatro Unidades Móveis de Cidadania LGBTI que percorrem a cidade levando estes e outros serviços para as regiões. O centro oferece suporte e apoio aos serviços públicos municipais da região central, por meio de mediação de conflitos, palestras e sensibilização de servidores. Além de realização de debates, palestras e seminários.

A SMDHC também atua com o programa Transcidadania e tem como norte três principais eixos de atuação: autonomia, cidadania e oportunidades. Atualmente o programa possui 240 vagas e utiliza o desenvolvimento da educação como principal ferramenta. Além de

possibilidade de concluir o ensino fundamental e técnico, há também a oferta de cursos e oficinas. Outro diferencial do projeto é a transferência de renda, que possibilita a disponibilidade dos beneficiários em concluírem a carga horária obrigatória de atividades. Cada assistido recebe acompanhamento psicológico, jurídico, social e pedagógico durante os dois anos de permanência no programa. O valor do auxílio mensal é R\$ 1.047,92.

SMADS

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) esclarece que possui o Centro de Acolhida Especial (CAE) para Mulheres Transexuais, Casa Florescer, localizado na região da Luz, disponibilizando 30 vagas para conviventes. A unidade tem como proposta abrigar travestis e mulheres transexuais em situação de vulnerabilidade, que necessitam de proteção social. As usuárias participam de diversas oficinas que abrangem desde cuidados com a saúde, até atividades físicas e artísticas.

A pasta também agrega o Centro de Referência e Defesa da Diversidade (CRD) com 1.000 vagas de atendimento, localizado na região da Bela Vista. O espaço fornece apoio psicossocial individual e coletivo aos usuários. Além de viabilizar o acesso à rede de políticas públicas e inserção em programas de transferência de renda, quando necessário. O CRD funciona como porta de entrada da população LGBTI, que vive, trabalha ou frequenta o centro da cidade, na rede socioassistencial.

A SMADS acrescenta que há três Centros de Acolhida Zaki Narchi e cada uma conta com um quarto e um banheiro para a população LGBTI, acomodando 20 pessoas em cada dormitório, totalizando 60 conviventes.

SPTrans

A SPTrans trabalha contra o preconceito no interior do transporte público por meio de publicações nas redes sociais exaltando a diversidade de gênero. Inclusive, desde 2010 o usuário do Bilhete Único personalizado pode solicitar que o seu cartão seja emitido com o nome social, para isto basta escolher esta opção quando realizar o cadastro.

Além disso, a empresa atua em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, que utiliza as áreas de terminais municipais para o atendimento da Unidade Móvel de Cidadania LGBTI às vítimas de violência, agressão ou de discriminação por causa do gênero ou orientação sexual.

Saúde

A Secretaria Municipal da Saúde informa que o Plano Municipal de Metas do Município 2017-2020, prevê a garantia de 100% de encaminhamentos das denúncias recebidas contra populações vulneráveis, incluindo LGBT. Os casos de violência são notificados através das unidades de saúde à administração central na SMS. O Comitê de Saúde Integral à população LGBT, com integrantes de todas as regiões do município, desenvolve ações de cuidados específicos para esta população.

Tatiana Santiago